



Companhia Celg de Participações -
CELGPAR

CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO

Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS
Exercício findo em
31 de dezembro de 2016

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
			REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	246	1.690	40.810	72.943
Consumidores	4	-	-	7.549	7.267
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(235)	(193)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	117.558	61.771
Devedores diversos	5	1.107.327	-	1.115.567	62.641
Transações com Partes Relacionadas	30	59.741	-	-	-
Outros créditos	6	1	18	1	18
Estoques	7	-	-	2.768	2.212
Despesas antecipadas	-	-	-	588	172
Total do ativo circulante		1.167.315	1.708	1.284.606	206.831
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Devedores diversos	5	122.702	-	124.463	-
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	551.935	191.034
Transações com Partes Relacionadas	30	5.218	229.898	-	117.080
Outros Créditos	6 e 18	-	-	15.871	15.231
Total do realizável a longo prazo		127.920	229.898	692.269	323.345
INVESTIMENTOS	9	678.020	388.639	135.225	105.596
IMOBILIZADO	10	4	6	11.348	9.213
INTANGÍVEL	11	-	-	432	1.041
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		805.944	618.543	839.274	439.195
TOTAL DO ATIVO		1.973.259	620.251	2.123.880	646.026

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
			REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	27	22	6.209	1.717
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	-	6	1.254	1.087
Tributos e Contribuições Sociais	15	292.962	43	295.310	2.322
Obrigações Estimadas	16	78	47	2.829	2.277
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	3.481	3.341
Encargos Setoriais	17	-	-	2.170	3.086
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	9.1 e 9.1.a	-	466.100	-	466.100
Outros Credores	19	14	1.723	463	2.345
Total do Passivo Circulante		293.081	467.941	311.716	482.275
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos	13	-	2.073.892	4.858	2.081.924
Encargos Setoriais	17	-	-	2.316	1.887
Provisões para Contingências	18.a	20	-	5.697	1.481
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	18.b	583	485	653	485
Outros Credores	19	-	-	118.975	41
Transações com Partes Relacionadas	30	2.157.785	-	2.157.875	-
Total do Passivo não Circulante		3.580.804	3.496.793	3.712.790	3.508.234
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	20	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	20	(2.862.669)	(4.306.695)	(2.862.669)	(4.306.695)
Outros Resultados Abrangentes	20	(11.721)	(11.552)	(11.721)	(11.552)
Total do Patrimônio Líquido		(1.900.626)	(3.344.483)	(1.900.626)	(3.344.483)
TOTAL DO PASSIVO		1.973.259	620.251	2.123.880	646.026

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albemaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2015 - 31/12/2015	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2015 - 31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	-	-	441.605	50.529
CUSTO OPERACIONAL	22	-	-	(64.000)	(39.407)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	377.605	11.122
DESPESAS OPERACIONAIS	22	(2.659)	(2.026)	(32.280)	(22.199)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(2.659)	(2.026)	345.325	(11.077)
OUTRAS RECEITAS	21.3.2	1.464.699	1.720	1.464.699	1.864
OUTRAS DESPESAS	22	-	(499.716)	(8.124)	(499.716)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		1.462.040	(500.022)	1.801.900	(508.929)
RESULTADO FINANCEIRO	26	(75.216)	(134.376)	(64.840)	(107.867)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL/GANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		349.963	16.234	118.784	45
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		1.736.787	(618.164)	1.855.844	(616.751)
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	27	(292.761)	-	(411.818)	(1.413)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(292.761)	-	(292.949)	(4.346)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-	-	(118.869)	2.933
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		1.444.026	(618.164)	1.444.026	(618.164)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.444.026	(618.164)	1.444.026	(618.164)
RESULTADO POR AÇÃO	28				
Resultado por ação ordinária - básico		44,060	(18,861)	44,060	(18,861)
Resultado por ação ordinária - diluído		44,060	(18,861)	44,060	(18,861)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Resultado por ação ordinária - básico		44,060	(18,861)	44,060	(18,861)
Resultado por ação ordinária - diluído		44,060	(18,861)	44,060	(18,861)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Ciríneu Dias.

Membros: Simão Ciríneu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Morais
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2015 - 31/12/2015	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2015 - 31/12/2015
LUCRO/PREJUIZO LIQUIDO DO EXERCICIO	1.444.026	(618.164)	1.444.026	(618.164)
Resultados Abrangentes				
Outros Resultados Abrangentes	-	(1.636)	-	(1.636)
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós-Emprego	(99)	(485)	(99)	(485)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	(70)	-	(70)	-
Resultado Abrangente do Exercício	1.443.857	(620.285)	1.443.857	(620.285)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - INDIVIDUAL

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(618.164)	-	(618.164)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	(1.636)	(1.636)
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	(485)	(485)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Apresentados Anteriormente	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
Ajuste do Exercício Anterior - Notas 2.1, 9 e 20	-	3.074	-	3.074
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Ajustados	973.764	(4.306.695)	(11.552)	(3.344.483)
Lucro Líquido do Exercício	-	1.444.026	-	1.444.026
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	(99)	(99)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	(70)	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - CONSOLIDADA

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(618.164)	-	(618.164)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	(1.636)	(1.636)
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	(485)	(485)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Apresentados Anteriormente	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
Ajuste do Exercício Anterior - Notas 2.1, 9 e 20	-	3.074	-	3.074
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Ajustados	973.764	(4.306.695)	(11.552)	(3.344.483)
Lucro Líquido do Exercício	-	1.444.026	-	1.444.026
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	(99)	(99)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	(70)	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor-Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
<u>Recebimentos:</u>				
Recebimentos de Clientes	-	-	69.627	54.019
Outros Recebimentos	-	8	-	8
<u>Pagamentos:</u>				
- Fornecedores	(574)	(537)	(10.516)	(14.465)
- Salários e Encargos	(1.905)	(1.374)	(31.007)	(30.655)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(1)	(30)	(2.288)	(1.901)
- Tributos	(12)	(13)	(30.744)	(22.594)
Resultado Financeiro	25	112	7.587	25.093
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(2.467)	(1.834)	2.659	9.505
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
- Caixa Usado no Imobilizado, Investimentos, Ativo Financeiro e Intangível	-	-	(80.744)	(41.910)
- Devolução de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	7.900	-	-	-
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	-	(7.900)	-	-
- Integralização de Capital em Controlada	-	(48.600)	-	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	538	461
- Recebimento de Alienação de Participação Societária	-	59.454	-	59.454
- Recebimento de Indenização do Ativo Financeiro de Transmissão	-	-	-	25.122
- Outros	-	-	(302)	(13.339)
FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	7.900	2.954	(80.508)	29.788
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
- Mútuo com Controlada	(6.877)	-	-	-
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - Estado de Goiás	-	470	-	470
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(3.394)	(3.305)
- Empréstimos Concedidos	-	-	-	(48.600)
- Recebimento de Empréstimos Concedidos	-	-	49.110	-
FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS	(6.877)	470	45.716	(51.435)
CAIXA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.444)	1.590	(32.133)	(12.142)
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	1.690	100	72.943	85.085
Saldo final de Caixa e Equivalentes	246	1.690	40.810	72.943
	(1.444)	1.590	(32.133)	(12.142)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	REF.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1				
Receita Operacional		-	-	59.883	56.289
Receita de Construção de Ativos Próprios		-	-	32.056	12.514
Provisões/Reversões - Créditos Liquidação Duvidosa		-	-	(42)	(22)
Outros Resultados		1.720	(497.996)	375.862	(497.996)
		1.720	(497.996)	467.759	(429.215)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		398	403	41.174	20.826
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos		-	-	5.986	3.660
Outros Custos Operacionais		165	125	15.874	1.539
		563	528	63.034	26.025
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	3	1.157	(498.524)	404.725	(455.240)
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO	4				
Provisões Operacionais		20	-	20	-
Depreciação, amortização e exaustão		2	2	2.104	3.288
		22	2	2.124	3.288
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	5	1.135	(498.526)	402.601	(458.528)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6				
Receitas Financeiras		8.679	7.657	21.619	36.775
Receitas de Aluguéis e Dividendos		-	-	206	175
Ganhos em Alienação de Participações Societárias		1.462.979	-	1.462.979	-
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		349.963	16.234	118.784	45
		1.821.621	23.891	1.603.588	36.995
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	7	1.822.756	(474.635)	2.006.189	(421.533)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
PESSOAL	8	1.927	1.411	33.157	26.154
GOVERNO	9	292.908	85	443.202	26.670
FINANCIADORES	10	83.895	142.033	85.804	143.807
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11	1.444.026	(618.164)	1.444.026	(618.164)
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)	12	1.822.756	(474.635)	2.006.189	(421.533)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Gloria Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 – Contexto operacional da CELGPAR

A Companhia Celg de Participações - CELGPAR detinha participações societárias nas seguintes sociedades, na data-base de 31 de dezembro de 2016:

CONTROLADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT	100 %

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA ALIENADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D – VER ITEM 1.2 NA NE 1	49 %

1.2 – Histórico da alienação da totalidade da participação societária da CELGPAR na CELG Distribuição S/A – CELG D

As ações de emissão da Celg Distribuição S.A. - Celg D (“Celg D”), em uma primeira negociação com vistas à sua federalização, na proporção de 51% (cinquenta e um por cento) dessas, nos termos do Inciso I e Parágrafo único, do art. 253, da Lei nº 6.404/76, foram alienadas pela Celgpar à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, segundo condições divulgadas ao Mercado, por intermédio dos Avisos aos Acionistas, de 23 de setembro, 21 de outubro, e 6 e 18 de novembro de 2014.

Assim sendo, verificava-se que do total das ações de emissão da Celg D, representadas por 150.711.576 (Cento e cinquenta milhões, setecentas e onze mil, e quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, parcela equivalente a 51% (cinquenta e um por cento) foi objeto de alienação pela Celgpar à Eletrobras em processo de troca de controle acionário objetivando a sua federalização.

A alienação destas ações da Celg D ocorreu no prazo do exercício do Direito de Preferência, período entre 23 de setembro e 30 de outubro de 2014, e, também, no prazo de aquisição de sobras de ações: primeiro rateio, entre 6 e 12 de novembro de 2014; e segundo rateio de sobras, entre 18 e 24 de novembro de 2014.

Desta forma, e após esta primeira alienação, a Celgpar permaneceu com uma participação de 49% (quarenta e nove por cento) do total das ações de emissão da Celg D, mediante a propriedade de 73.848.672 (setenta e três milhões, oitocentas e quarenta e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações ordinárias. Nos termos da NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), especificamente nos itens 3, 5, e 6, a participação acionária da Celgpar na Celg D, após este processo de alienação, configurava-se como uma participação

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

acionária em Sociedade Coligada. A liquidação financeira de toda esta operação de troca de controle acionário com a Eletrobras ocorreu no dia 27 de janeiro de 2015.

Após o processo de federalização da Celg D, esta foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme definido pela sua acionista controladora Eletrobras. Desta forma, o processo de desestatização desta avançou pelos anos de 2015 e 2016, culminando, em um primeiro momento, com a publicação no Diário Oficial da União do dia 24 de junho de 2016, do Edital de Venda da totalidade das ações de propriedade da Eletrobras e Celgpar, conforme pacto de venda conjunta estipulado entre as acionistas, definindo a data de 19 de agosto de 2016 para o leilão das mesmas.

Não obstante o leilão não ter ocorrido nesta data, em função da inexistência de proponentes compradores, o processo de desestatização da Celg D permaneceu em andamento, culminando com a definição de nova data para o leilão, que ocorreu no dia 30 de novembro de 2016, conforme publicação de novo Edital de Venda da totalidade das ações, ocorrida no Diário Oficial da União do dia 28 de outubro de 2016, tendo como vencedora do certame a empresa Enel Brasil S.A.

Desta forma, na data-base de 31 de dezembro de 2016, a participação societária da Celgpar na Celg D foi desreconhecida, ajustada e reclassificada conforme preço efetivamente pago pela empresa vencedora do leilão, passando a figurar como o respectivo crédito da Celgpar a receber da Enel Brasil S.A. (Ver Nota Explicativa 5 – Devedores Diversos), proporcionalmente ao percentual de participação nas ações, tendo sido concretizada a liquidação financeira do leilão em 14 de fevereiro de 2017, mediante a assinatura do contrato de compra e venda das ações da Celg D entre a Celgpar, a Eletrobras, e a empresa Enel Brasil S.A., tendo como intervenientes o Estado de Goiás e a própria Celg D.

1.3 – Contexto operacional da controladora CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGP, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT detém junto à ANEEL as seguintes concessões:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Geração	Localidade	Estado	Contrato	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:							
São Domingos ¹	Rio São Domingos	GO	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mambai ²	Rio Corrente	GO	62/2000	17/01/1973	07/07/2015	0,350	0,350
Mosquito ³	Rio Mosquito	GO	62/2000	25/08/2000	07/07/2015	0,360	0,360
Rochedo ⁴	Rio Meia Ponte	GO	02/2016	05/01/2016	05/01/2046	4,000	4,000
						16,710	16,710

¹ Apesar da concessão estar vencida, a Controlada CELG GT continua operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 352, de 10 de outubro de 2013, do Ministério de Minas e Energia - MME. Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da Controlada CELG GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao MME, bem como na esfera judicial. O Ministério de Minas e Energia - MME, por intermédio da Portaria nº 218, de 15 de maio de 2015, também determinou a promoção do leilão desta concessão, sendo que a CELG GT conseguiu, por via judicial, retirá-la do certame. O Anexo I da Portaria nº 218 foi alterado pela Portaria nº 300, de 24 de junho de 2015, retirando a Usina de São Domingos da licitação (Ver Nota 31.c).

² A CGH Mambai foi extinta em função do seu alagamento para construção da PCH Mambai II. Em função disso, é disponibilizado energia pelo período integral de concessão obtido pela exploração da citada Pequena Central Hidrelétrica Mambai II e de suas eventuais prorrogações, no montante mensal de 203,792 MWh, como contraprestação ao bloco de energia que a CGH Mambai I deixou de produzir mensalmente a partir de sua efetiva paralisação. A forma de pagamento se dá através da entrega dos montantes descritos acima na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

³ A CGH Mosquito está paralisada e o sítio encontra-se em estudo, para implantação do aproveitamento ótimo, em fase de licenciamento ambiental. As Centrais de Geração Hidrelétrica estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicado ao órgão regulador o seu funcionamento para fins de registro.

⁴ A concessão da Usina Rochedo venceu em 07/07/2015. Contudo, a Controlada CELG GT continuou operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 254, de 11 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia - MME, até a data de 04/01/2016. A partir de 05/01/2016 começou a vigorar o Contrato de concessão nº 02/2016 para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Transmissão	Localidade	Contrato de concessão	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA/MVAr) Subestações	Extensão (km) Linhas de transmissão
Subestações e linhas:						
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	2.154	725
Rede básica ²	Goiás / Minas Gerais	03/2015	06/03/2015	06/03/2045	-	11
Rede básica ³	Goiás	04/2016	20/01/2016	20/01/2046	300	-
					2.454	736

¹ Concessão composta por 12 subestações de transmissão de 230 kV e 14 linhas de transmissão na tensão de 230 kV.

² Concessão composta pela LT 230 kV Itumbiara - Paranaíba - C2. Em fase pré-operacional.

³ Concessão composta pela SE 500 kV Luziânia - Compensador Estático 500 kV - (-150/+300) Mvar. Em fase pré-operacional.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação, as divulgações significativas dos contratos de concessão de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encontram-se relacionadas na Nota Explicativa 32-a – Outras Informações, incluindo os efeitos advindos do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamentou a MP nº. 579/2012.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido para as Usinas de Rochedo, Mosquito e Mambá; 2) Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAP desta atividade.
02/2016 (a)	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
03/2015	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
04/2016	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

(a) A Controlada Celg GT efetuou a reclassificação deste contrato de concessão do Ativo Imobilizado para o Ativo Financeiro no 2º trimestre de 2016, visto o mesmo encontrar-se dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1).

2 – Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

- I. As Demonstrações Financeiras da Controladora e de sua Controlada são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Leis nº. 6.404/76, nº. 10.303/2001, nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009); disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; pronunciamentos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*; Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – NBC TG com respectivas interpretações e orientações técnicas, e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em função da participação acionária da holding nessas concessionárias.
- II. A Celgpar adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM, CPC e CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As políticas contábeis detalhadas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

III. As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora e sua Controlada são as seguintes:

a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das Demonstrações Financeiras da Companhia Celg de Participações - CELGP e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 – R3 (Demonstrações Consolidadas).

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas a partir das Demonstrações Financeiras individuais da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresa controlada e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada.
- a.3. As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 31 de dezembro de 2016, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal Transmissão S.A. e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R2 (Negócios em Conjunto).

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora e sua Controlada consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

d. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 4.b e 4.c.

e. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

f. Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002, alterada pela Lei nº. 12.212/2010.

g. Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, já com a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável – ver Nota Explicativa 8.

h. Investimentos

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Conforme disposto na NBC TG 43 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), as Demonstrações Financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial estão de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente, sendo o método da equivalência patrimonial o critério adotado pela Controladora.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), não sendo feita a apresentação das Demonstrações Financeiras separadas.

i. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar e controlada, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Os mesmos foram registrados pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

Além destes bens não elegíveis, enquadram-se nesta rubrica os Bens vinculados à Concessão de Geração de Energia Elétrica, cujo direito de uso e exploração é remunerado pela Receita Anual Permitida – RAP estipulada pelo poder concedente.

j. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições da NBC TG 04 – R3 (Ativo Intangível), ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por *impairment*, quando aplicável.

k. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do exercício.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

I. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar e Controlada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

m. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 de dezembro de 2016 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

n. Benefícios a Empregados

A Companhia e sua Controlada são patrocinadoras da Fundação Celg de Seguros e Previdência - ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – R2 (Benefícios a Empregados). Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

o. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar e Controlada, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com a NBC TG 17 (Contratos de Construção) e NBC TG 30 (Receitas), mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme critérios estabelecidos pela ITG 01 (Contratos de Concessão), a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo financeiro em curso (Rede Básica de Transmissão) ou ativo imobilizado em curso (Geração) ocorre o reconhecimento da receita de construção, na proporção dos serviços executados até a data do encerramento das Demonstrações Financeiras, com apuração de margem de lucro nula, para a Controlada Celg GT.

p. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disso, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Informações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar e sua controlada revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

q. PIS e COFINS

Na Controlada Celg GT o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº. 1, de setembro de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

r. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do exercício.

s. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

t. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras da Companhia e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

2.1 Reapresentação da Posição Consolidada em 31.12.2015

Em função de ajuste do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, promovido pela Controlada Celg GT, no valor de R\$ 3.074 mil, vinculado especificamente ao reflexo de equivalência patrimonial de investidas desta Controlada, apresentamos abaixo a influência deste ajuste no saldo patrimonial encerrado em 31.12.2015, tanto na posição individual, quanto na posição consolidada da Celgpar:

Além disto, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um novo documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, resultando em alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Para efeito de comparabilidade das Demonstrações Financeiras de 31.12.2016, no que concerne às posições patrimoniais, com a posição encerrada em 31.12.2015, a Controlada Celg GT efetuou reclassificações vinculadas à adequação ao plano de contas do setor elétrico. Estas reclassificações, por sua vez, influenciaram nas demonstrações financeiras de 31.12.2015, anteriormente apresentadas pela Celgpar:

	NE	CONTROLADORA 31/12/2015	AJUSTES	CONTROLADORA 31/12/2015 REAPRESENTADO
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	1.690	-	1.690
Outros créditos	6	18	-	18
Total do ativo circulante		1.708	-	1.708
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Transações com Partes Relacionadas	30	229.898	-	229.898
Total do realizável a longo prazo		229.898	-	229.898
INVESTIMENTOS				
IMOBILIZADO	9	385.565	3.074	388.639
	10	6	-	6
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		615.469	3.074	618.543
TOTAL DO ATIVO		617.177	3.074	620.251
PASSIVO				
		31/12/2015	AJUSTES	31/12/2015 REAPRESENTADO
CIRCULANTE				
Fornecedores	14	22	-	22
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	6	-	6
Tributos e Contribuições Sociais	15	43	-	43
Obrigações Estimadas	16	47	-	47
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	9.1 e 9.1.a	466.100	-	466.100
Outros Credores	19	1.723	-	1.723
Total do Passivo Circulante		467.941	-	467.941
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.422.416	-	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos	13	2.073.892	-	2.073.892
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	18.b	485	-	485
Total do Passivo não Circulante		3.496.793	-	3.496.793
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital realizado	20	973.764	-	973.764
Prejuízos acumulados	20	(4.309.769)	3.074	(4.306.695)
Outros Resultados Abrangentes	20	(11.552)	-	(11.552)
Total do Patrimônio Líquido		(3.347.557)	3.074	(3.344.483)
TOTAL DO PASSIVO		617.177	3.074	620.251

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONSOLIDADO 31/12/2015	AJUSTES	CONSOLIDADO 31/12/2015 REAPRESENTADO
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	72.943	-	72.943
Consumidores	4	7.267	-	7.267
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	(193)	-	(193)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	61.771	-	61.771
Devedores diversos	5	61.186	1.455	62.641
Outros créditos	6	18	-	18
Estoques	7	2.212	-	2.212
Despesas antecipadas	-	172	-	172
Total do ativo circulante		205.376	1.455	206.831
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	169.405	21.629	191.034
Transações com Partes Relacionadas	29	117.080	-	117.080
Outros Créditos	6 e 18	15.451	(220)	15.231
Total do realizável a longo prazo		301.936	21.409	323.345
INVESTIMENTOS				
9	9	103.939	1.657	105.596
IMOBILIZADO	10	30.744	(21.531)	9.213
INTANGÍVEL	11	1.032	9	1.041
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		437.651	1.544	439.195
TOTAL DO ATIVO		643.027	2.999	646.026
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	14	1.717	-	1.717
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	1.087	-	1.087
Tributos e Contribuições Sociais	15	2.177	145	2.322
Obrigações Estimadas	16	2.277	-	2.277
Empréstimos e Financiamentos	13	3.341	-	3.341
Encargos Setoriais	17	4.973	(1.887)	3.086
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	9.1 e 9.1.a	466.100	-	466.100
Outros Credores	19	2.345	-	2.345
Total do Passivo Circulante		484.017	(1.742)	482.275
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.422.416	-	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos	13	2.081.924	-	2.081.924
Provisões para Contingências	18.a	1.481	-	1.481
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	18.b	485	-	485
Encargos Setoriais	17	-	1.887	1.887
Outros Credores	19	261	(220)	41
Total do Passivo não Circulante		3.506.567	1.667	3.508.234
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital realizado	20	973.764	-	973.764
Prejuízos acumulados	20	(4.309.769)	3.074	(4.306.695)
Outros Resultados Abrangentes	20	(11.552)	-	(11.552)
Total do Patrimônio Líquido		(3.347.557)	3.074	(3.344.483)
TOTAL DO PASSIVO		643.027	2.999	646.026

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Caixa e depósitos bancários a vista	-	2	130	104
Aplicações financeiras de curto prazo	246	1.688	40.680	72.839
TOTAL	246	1.690	40.810	72.943

As aplicações financeiras correspondem às seguintes aplicações: a) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – SICOOBJURISCREDCELG, na modalidade RDC – Longo Pés CDI; b) Caixa Econômica Federal – CAIXA, na modalidade CDB FLEX Empresarial; c) Banco Itaú S.A., em fundos de investimento; d) Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., em CDB; e) Banco Bradesco S.A., em CDB.

Todas as aplicações têm a opção de resgate total ou parcial antecipado, e rendimento flutuante, tendo como índice base o CDI, e liquidez a partir de 30 (trinta) dias.

4 – Consumidores

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO
CIRCULANTE		
Concessionárias		
- Suprimento	866	400
- Encargos de uso da rede elétrica	6.493	6.418
- Energia Elétrica de Curto Prazo	156	449
Total	7.515	7.267
Outras Rendas		
- Outras Rendas	34	-
Total	34	-
TOTAL CIRCULANTE	7.549	7.267

Composição do Contas a Receber:

CONSUMIDORES	31/12/2016				PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2016	SALDO 31/12/2016
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2016		
Concessionárias						
Suprimento	789	26	51	866	-	866
Encargos Uso Rede Elétrica	6.053	121	319	6.493	-	6.493
Energia Elétrica de Curto Prazo	156	-	-	156	-	156
Outras Rendas	34	-	-	34	-	34
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(235)	(235)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	7.032	147	370	7.549	(235)	7.314
TOTAL DO CIRCULANTE	7.032	147	370	7.549	(235)	7.314

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2015 - REAPRESENTADO					SALDO 31/12/2015
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2015	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID.	
Concessionárias						
Suprimento	390	-	10	400	-	400
Encargos Uso Rede Elétrica	6.073	79	266	6.418	-	6.418
Energia Elétrica de Curto Prazo	449	-	-	449	-	449
Outras Rendas	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(193)	(193)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.912	79	276	7.267	(193)	7.074
TOTAL DO CIRCULANTE	6.912	79	276	7.267	(193)	7.074

a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pela Controlada.

b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2015	193
Provisão no exercício	42
Saldo em 31 de dezembro de 2016	235

c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

5 – Devedores diversos

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
	REAPRESENTADO				REAPRESENTADO			
CRÉDITOS FISCAIS								
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	-	-	-	-	868	-	4.123	-
CSLL - Antecipação do Tributo Anual	-	-	-	-	-	-	246	-
CSLL Retida na Fonte	-	-	-	-	-	-	113	-
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	-	-	-	-	4.106	-	488	-
Outras Antecipações	-	-	-	-	1.364	-	967	-
Outros Tributos Federais	-	-	-	-	-	-	241	-
Outros Tributos Municipais	-	-	-	-	-	-	7	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	6.338	-	6.185	-
DEMAIS DEVEDORES DIVERSOS								
Empregados	-	-	-	-	1	-	-	-
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras (a)	-	-	-	-	-	-	5.986	-
Celg Distribuição S.A. - Celg D - Mútuo Celg GT (b)	-	-	-	-	-	-	49.110	-
Celg Distribuição S.A. - Celg D - Mútuo Celgpar (c)	3.024	122.702	-	-	3.024	122.702	-	-
Enel Brasil S.A. (d)	1.104.303	-	-	-	1.104.303	-	-	-
Outros	-	-	-	-	1.901	1.761	1.360	-
SUBTOTAL	1.107.327	122.702	-	-	1.109.229	124.463	56.456	-
TOTAL GERAL	1.107.327	122.702	-	-	1.115.567	124.463	62.641	-

- (a) Valor de Indenização dos Ativos de Transmissão que entraram em operação após 31 de maio de 2000, nos termos da Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 - Ver Nota Explicativa nº. 8;
- (b) Contrato particular de mútuo financeiro efetuado entra a Controlada Celg GT e a então Coligada Celg D, objetivando a concessão de empréstimo para quitação de encargos setoriais da concessionária;
- (c) Contrato particular de mútuo financeiro efetuado entra a Celgpar e a Celg D, no exercício social de 2014, com carência de 3 anos e remunerado à 6,8% a.a.;
- (d) Valor a receber da Enel Brasil S.A., objeto da alienação de 49% das ações da Celg D, referente ao leilão destas ocorrido em 30 de novembro de 2016.

6 – Outros créditos

DESCRIÇÃO	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
	REAPRESENTADO				REAPRESENTADO			
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	15.539	-	12.996	-
Depósitos Judiciais e Cauções	1	18	1	332	18	-	964	-
Outros Créditos	-	-	-	-	-	-	1.271	-
TOTAL	1	18	1	15.871	18	-	15.231	-

7 – Estoques

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
	REAPRESENTADO	
Estoques	2.768	2.212
TOTAL	2.768	2.212

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 – Ativo financeiro – Bens da concessão de geração e transmissão

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de geração (Usina Rochedo) e transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão. Os valores abaixo refletem a situação destes ativos:

CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO					
		31/12/2016			31/12/2015 - REAPRESENTADO		
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	108.632	495.848	604.480	61.771	167.901	229.672
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	3.352	15.454	18.806	-	14.953	14.953
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	596	5.083	5.679	-	1.504	1.504
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	4.978	18.229	23.207	-	6.676	6.676
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	-	17.321	17.321	-	-	-
		117.558	551.935	669.493	61.771	191.034	252.805

Abaixo a movimentação do Ativo Financeiro – Bens da Concessão:

ATIVO FINANCEIRO CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO							
		31/12/2015 REAPRESENTADO	Receita Financeira da Concessão	Serviços de Construção ou Melhoria	Serviços de Operação e Manutenção	Recebimentos (RAPRAG) ou Indenização	Laudo RBSE/RPC	Transferências	Outras Adições e Baixas
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	229.672	37.890	28.788	50.056	(59.676)	329.248	(18.179)	6.681
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	14.953	3.376	148	2.116	(2.116)	-	453	(124)
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	1.504	249	1.318	-	-	-	2.608	-
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	6.676	1.761	122	2.009	(3.344)	-	768	15.215
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	-	1.291	1.680	-	-	-	14.350	-
		252.805	44.567	32.056	54.181	(65.136)	329.248	-	21.772

No contexto da Controlada Celg GT observa-se que no dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes à publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes e principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela indenização dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para fins de indenização, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783, critérios estes aplicáveis, por sua vez à Controlada Celg GT.

De acordo com a Resolução Normativa 589, de 10 de dezembro de 2013, foi apresentado à ANEEL o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

em 31 de maio de 2000 ("Laudo de Avaliação"), para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE ("RBSE") prevista no Artigo 15, § 2º da Lei 12.783/2013. Em 31 de julho de 2015, a Controlada Celg GT protocolou na ANEEL o Laudo de Avaliação dos Ativos elaborado por empresa independente credenciada pela agência reguladora, relativo aos bens existentes em 31 de maio de 2000, cujo montante pleiteado para efeitos de reconhecimento totalizava R\$ 254.376 mil. Em 07 de junho de 2016, através do Despacho nº 1.505, foi homologado pela ANEEL o montante de R\$ 227.104 mil, relativo às instalações da RBSE.

O valor contábil, até então mantido pelo custo histórico, dos gastos relacionados aos investimentos, ampliações e/ou melhorias nos ativos da RBSE, referente à concessão prorrogada de transmissão perfaziam R\$ 138.498 mil, na data base de 30.09.2016, devidamente escriturados na Controlada Celg GT.

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das indenizações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados RBSE e demais Instalações de Transmissão – RPC ("RPC"), não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

São abrangidos pela Portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando a Controlada Celg GT teve antecipado o vencimento do Contrato de Concessão nº 063/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013 (conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

- Pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017, sendo que a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado à Base de Remuneração Regulatória;
- O custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio. A partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos;
- Para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da Administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL.

A referida Portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória da Controlada Celg GT, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de remunerar os ativos, a Portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pela Controlada Celg GT possa ser incluído nos referidos valores.

Em 31 de dezembro de 2016, a Controlada Celg GT efetuou sua estimativa dos valores atualizados até essa data, conforme Nota Técnica nº 336/2016-SGT/ANEEL,

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecendo contabilmente o devido ajuste nos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão, conforme quadro abaixo:

Transmissão	31/12/2016
Saldo histórico dos ativos RBSE/RPC	138.498
Diferença entre o VNR e o saldo histórico	88.606
Valor homologado pela ANEEL	227.104
Atualização - IPCA e remuneração	240.642
Valor total do ativo financeiro atualizado	467.746
Efeitos no Resultado	31/12/2016
Receita operacional	329.248
Provisão de imposto de renda e contribuição social	- 111.944
Efeito líquido	217.304

9 - Investimentos

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Participação na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	678.018	380.737	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	-	7.900	-	-
Participações Societárias Permanentes (c)	2	2	46	31
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	63.588	60.050
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	4.537	2.840
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	29.201	17.351
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (d)	-	-	18.780	16.516
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	19.271	8.808
Firminópolis Transmissão S.A. (f)	-	-	(198)	-
TOTAL	678.020	388.639	135.225	105.596

- (a) A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

Acionistas - Energética Corumbá III ECIII	Participação
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	6,5%
Geração CIII S.A.	15,6%
Energy Power Ltda.	2,9%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	100,0%

- (b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Empreendimento:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
TOTAL		100,0%

A Energética Fazenda Velha registrou em seu Balancete Patrimonial de 31 de janeiro de 2016, ajustes do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, determinados pelos seus Auditores Independentes, no valor negativo de R\$ 162 mil, acarretando a reapresentação retrospectiva do Balanço Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celgpar, em 31 de dezembro de 2016.

(c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICCOB JURISCREDCELG).

(d) SPE referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

- LOTE B: LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2
SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA
LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea)
LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3
- LOTE F: SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA - MS

A Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. alterou seu Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2015, após a Controlada Celg GT ter registrado a Equivalência Patrimonial, fundamentada em informações oficiais encaminhadas por esta investida, quando da autorização para a divulgação das Demonstrações Financeiras da Controlada Celg GT. Desta forma, foi reconhecido ajuste do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, no valor positivo de R\$ 1.819 mil, acarretando a reapresentação retrospectiva do Balanço Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celgpar, em 31 de dezembro de 2016.

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
TOTAL		100,0%

Empreendimento	Acionistas	Participação
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
TOTAL		100,0%

(e) SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A.:

- LOTE D: LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

Abaixo a distribuição do quadro societário deste empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empreendimento	Acionistas	Participação
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	50,1%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,9%
TOTAL		100,0%

(f) SPE Firminópolis Transmissão S.A.:

A Controlada Celg GT participou do Leilão ANEEL nº. 05/2015, tendo vencido o Lote L, para a construção de subestações e linhas de transmissão da Rede Básica, referente à LT 230 kV Trindade – Firminópolis. Para a implantação e exploração desse empreendimento foi constituída, em fevereiro de 2016, a SPE Firminópolis Transmissão S.A., sendo a participação da Controlada Celg GT de 49% (quarenta e nove) por cento do capital social.

9.1 Investimentos Diretos em Controlada

As principais informações sobre os investimentos em Controlada são apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGP NA	
	CONTROLADA	
	CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	
	CELG GT	
	31/12/2016	31/12/2015
	REAPRESENTADO	
Capital Social da Controlada	378.325	378.325
Quantidade de Ações	329.725	329.725
Percentual da Participação Societária	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada - Apresentado Anteriormente	377.663	377.663
Ajuste de Exercício Anterior no Patrimônio Líquido da Controlada (a)	3.074	3.074
Patrimônio Líquido da Controlada - Após Ajuste de Exercício Anterior	380.737	380.737
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	380.737	312.829
Aumento de Capital na Controlada	112.819	48.600
Outros Resultados Abrangentes	(70)	-
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada	242.484	16.234
Dividendos mínimos obrigatórios - Controlada	(57.952)	-
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada	678.018	380.737

(a) A Controlada Celg GT efetuou ajuste do exercício anterior de 2015 em sua posição patrimonial, sendo o efeito positivo no seu patrimônio líquido de R\$ 3.074 mil.

9.1.a Provisão para Desvalorização de Participação Societária:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Provisão para Desvalorização da Participação na Celg D (a)	-	466.100	-	466.100
TOTAL	-	466.100	-	466.100

(a) Participação societária alienada conforme Edital PND de Leilão nº 01/2016/CELG D, ocorrido em 30.11.2016.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 – Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, sendo que as principais taxas de depreciação, por macroatividade, estão discriminadas na Resolução nº 674, de 11 de agosto de 2015. O valor recuperável destes ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/12/2016				31/12/2015
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
					REAPRESENTADO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	17	10,00%	(13)	4	6
TOTAL	17		(13)	4	6

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	31/12/2016				31/12/2015
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
					REAPRESENTADO
Em serviço:					
Reservatórios, Barragens e adutoras	3.184	2,85%	(1.859)	1.325	1.206
Terrenos	1	0,00%	-	1	1
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	713	3,69%	(549)	164	3
Máquinas e Equipamentos	4.451	4,59% e 6,54%	(2.099)	2.352	23
Veículos	632	6,43%	(238)	394	-
Móveis e Utensílios	113	10% e 6,43%	(65)	48	26
Subtotal	9.094		(4.810)	4.284	1.259
Em curso:					
Geração	3.334	0,00%	-	3.334	2.770
Administração Central	3.730	0,00%	-	3.730	5.184
Subtotal	7.064	0,00%	-	7.064	7.954
TOTAL	16.158	-	(4.810)	11.348	9.213

Movimentação:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO					
	Depreciação		Depreciação		Depreciação		Depreciação		Depreciação	
	Saldos em 31/12/2015 REAPRESENTADO	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015 REAPRESENTADO	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Utilizações	Depreciação	Saldos em 31/12/2016
							Mutações com Estoque Operacional e Ativo Financeiro			
Imobilizado em Serviço - Geração	-	-	1.233	129	-	-	57	-	(69)	1.350
Imobilizado em Serviço - Administração Central	6	(2)	4	26	692	(136)	(57)	3.650	(1.241)	2.934
Total em Serviço	6	(2)	4	1.259	821	(136)	-	3.650	(1.310)	4.284
Imobilizado em Curso - Geração	-	-	2.770	564	-	-	-	-	-	3.334
Imobilizado em Curso - Administração Central	-	-	5.184	2.696	(500)	-	-	(3.650)	-	3.730
Total em Curso	-	-	7.954	3.260	(500)	-	-	(3.650)	-	7.064
Total do Imobilizado	6	(2)	4	9.213	4.081	(636)	-	-	(1.310)	11.348

- a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para a aplicação na concessão.
- b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.
- c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e transmissão.

Nos termos do item 79 da NBC TG 27 - R3 (Ativo Imobilizado), apresenta-se abaixo as seguintes divulgações:

- 1) Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso: inexistem ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos;
- 2) Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação: R\$14.547 mil, pertinente aos ativos imobilizados de geração da Controlada Celg GT;
- 3) Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso do ativo e não classificados como mantidos para venda: inexistentes;
- 4) Valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método de custo: inexistente.

11 – Ativo intangível

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2016 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO
Ativo Intangível	432	1.041
TOTAL	432	1.041

Movimentação do Ativo Intangível no período:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2015 REAPRESENTADO	CONSOLIDADO			Saldos em 31/12/2016
		Adições	Baixas	Amortização	
Intangível	1.041	509	(1.072)	(46)	432
Total do Intangível	1.041	509	(1.072)	(46)	432

12 – Adiantamentos para futuro aumento de capital

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - Estado de Goiás	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416
TOTAL	1.422.416	1.422.416	1.422.416	1.422.416

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111 mil, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Este valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nesta empresa em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além deste montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 mil para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2016 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 38.305 mil.

13 – Empréstimos e financiamentos

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

São detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA						CONSOLIDADO					
	31/12/2016			31/12/2015			31/12/2016			31/12/2015		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS NÃO CIRCULANTE	PRINCIPAL		ENCARGOS NÃO CIRCULANTE	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
EM MOEDA NACIONAL												
Eletrobras (b)	-	-	-	-	-	-	2.329	1.553	-	2.329	3.882	-
Caixa Econômica Federal - CAIXA (c)	-	-	-	173.892	-	1.900.000	-	-	-	173.892	-	1.900.000
Elettra (a)	-	-	-	-	-	-	1.152	3.305	-	-	1.012	4.150
Total em Moeda Nacional	-	-	-	173.892	-	1.900.000	3.481	4.858	-	173.892	3.341	1.908.032

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. ELETTRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETTRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- b. Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobras e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- c. Refere-se ao Contrato de Financiamento firmado entre a Caixa Econômica Federal – CAIXA e a Celgpar nº. 0412.113-76/2014, firmado em 11 de setembro de 2014 nas seguintes condições: Prazo total do contrato de 156 (cento e cinquenta e seis) meses, sendo a carência de 36 (trinta e seis) meses e o prazo de amortização de 120 (cento e vinte) meses. Sobre o principal da dívida, no período de carência até o vencimento da dívida, incidirão juros à taxa anual nominal de 6,8% a.a. (seis inteiros e oito décimos por cento ao ano). Os recursos deste financiamento, conforme cláusula terceira do contrato, foram utilizados no Aumento de Capital da Celg D, no firmamento de contrato de mútuo com a Celg D (Ver NE 30) e em outras aplicações na Celg D que geraram o firmamento de instrumento de cessão de créditos desta para a Celgpar (Ver NE 30). A Assunção da Dívida deste Contrato de Financiamento foi efetuada pelo Governo do Estado de Goiás na qualidade de Assuntor, acionista Controlador da Celgpar, com a anuência da Caixa, na qualidade de credora da dívida, e da União na qualidade de garantidora do pagamento da dívida. A referida assunção foi firmada em 29 de julho de 2016 e os contratos de garantia e contragarantia foram firmados em 2 de agosto de 2016. Os reflexos desta operação foram devidamente reconhecidos pela Celgpar no 3º trimestre de 2016 - Ver Nota Explicativa 30 (Transações com Partes Relacionadas);
- d. Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
- Aplicações Financeiras;
- Garantias prestadas pela União no Contrato com a Caixa nº. 0412.113-76/2014 – liberadas no 3º trimestre de 2016;
- Contra garantias prestadas pelo Governo do Estado de Goiás no Contrato com a Caixa nº. 0412.113-76/2014, nos seguintes moldes: a) quotas dos quais é titular, referente aos artigos 157 e 159 da Constituição de República; e b) receitas próprias a que se refere o artigo 155 da Constituição da República – liberadas no 3º trimestre de 2016.

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONSOLIDADO - 31/12/2016					CONSOLIDADO - 31/12/2015 - REAPRESENTADO				
INDEXADOR	CAIXA	Eletrobras	Eletra	Total	INDEXADOR	CAIXA	Eletrobras	Eletra	Total
SEM INDEXADOR	-	3.882	-	3.882	SEM INDEXADOR	2.073.892	6.211	-	2.080.103
INPC	-	-	4.457	4.457	INPC	-	-	5.162	5.162
Total	-	3.882	4.457	8.339	Total	2.073.892	6.211	5.162	2.085.265

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 31/12/2016			
Ano	Eletra	Eletrobras/ Outras Instituições	Total
2017	1.152	2.329	3.481
2018	1.221	1.553	2.774
2019	1.294	-	1.294
2020	790	-	790
Total	4.457	3.882	8.339

14 – Fornecedores

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
- Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	51	36
- Imobilizações em Curso	-	-	5.286	1.119
TOTAL	-	-	5.337	1.155
- Materiais e Serviços	27	22	872	562
TOTAL	27	22	6.209	1.717

15 – Tributos e contribuições sociais

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA	-	-	-	42
INSS A PAGAR	44	31	582	489
INSS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	708	592
INSS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	88	68
PIS - CORRENTE	-	-	83	90
PIS - RETIDO NA FONTE	1	1	4	4
COFINS - CORRENTE	-	-	392	431
COFINS - RETIDO NA FONTE	1	1	14	17
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	292.761	-	292.761	107
IMPOSTO DE RENDA - RETIDO NA FONTE	23	7	34	21
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	-	-	5	38
FONTE	-	-	-	8
IOF	123	-	123	-
ISS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	72	49
FGTS A PAGAR	9	3	250	208
FGTS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	194	158
TOTAL	292.962	43	295.310	2.322

16 – Obrigações estimativas

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	2016	2015	2016	2015
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Folha de Pagamento	78	47	2.829	2.277
TOTAL CIRCULANTE	78	47	2.829	2.277

- a) Referem-se às estimativas das obrigações de férias, 13º salário e encargos sobre a folha de pagamento dos empregados da Celgpar e Controlada Celg GT.

17 – Encargos setoriais

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2016		31/12/2015	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
	REAPRESENTADO			
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	16	-	11	-
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	-	-	130	-
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	58	-	50	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.844	-	2.883	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	43	2.316	12	1.887
Programa de Inc. Fontes Alternativas - PROINFA	209	-	-	-
TOTAL	2.170	2.316	3.086	1.887

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

18 – Provisões para contingências e com benefícios pós-emprego

18.a – Provisões para contingências:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA							
	31/12/2016				31/12/2015 - REAPRESENTADO			
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício		Provisão	Depósitos	No Exercício		Provisão	Depósitos
	Baixa	REF.			Baixa	Provisão		
NAO CIRCULANTE								
Trabalhistas								
Diversos	-	B.1	20	1	-	-	-	18
Total Trabalhistas	-		20	1	-	-	-	18
TOTAL - NAO CIRCULANTE	-		20	1	-	-	-	18

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO							
	31/12/2016				31/12/2015 - REAPRESENTADO			
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício		Provisão	Depósitos	No Exercício		Provisão	Depósitos
	Baixa	REF.			Baixa	Provisão		
NAO CIRCULANTE								
Trabalhistas / Regulatórias	-	B.1	4.216	333	(304)	-	1.481	982
Diversos	-		5.697	333	(304)	-	1.481	982
Total Trabalhistas	-		4.216	333	(304)	-	1.481	982
TOTAL - NAO CIRCULANTE	-		4.216	333	(304)	-	1.481	982

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de natureza trabalhista, onde a mesma figura como segunda ou terceira reclamada sendo, em todos os processos, estimada a probabilidade de perda remota pelo corpo jurídico interno da Companhia.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$ 5.677 mil.

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

18.b – Provisões com benefícios pós-emprego (Ver nota 31 – Plano de aposentadoria):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	-	583	-	485	-	653	-	485
TOTAL	-	583	-	485	-	653	-	485

19 – Outros credores, obrigações sociais e trabalhistas e tributos diferidos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Caixa Econômica Federal (a)		1.720		-		-	1.720	-
Folha de Pagamento - Incluindo PDV		-		245		-	532	-
Fundação Celg de Seguros e Previdência - Eletra	7	4		168		-	151	-
Empréstimos Consignados	3	3		429		-	370	-
Tributos Retidos na Fonte	-	-		668		-	567	-
Concessionárias e permissionários de energia elétrica	-	-		-		-	6	-
Tributos Diferidos (b)	-	-		-	118.975	-	-	41
Outros	4	2		207		-	86	-
TOTAL	14	1.729		1.717	118.975		3.432	41

a- Refere-se a recursos recebidos pela Controladora junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, decorrentes do contrato de prestação de serviços financeiros de centralização de créditos provenientes da folha de pagamento da Celgpar, sua controlada e a Celg D.

b- Segue abaixo a composição dos Tributos Diferidos na posição patrimonial consolidada.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubrica	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Imposto de renda diferido		
Diferenças temporárias passivas	534	162
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	9.267	-
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	82.312	-
Diferenças temporárias ativas	(4.730)	(162)
	87.383	-
Contribuição social diferida		
Diferenças temporárias passivas	193	58
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	3.336	-
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	29.632	-
Diferenças temporárias ativas	(1.675)	(58)
	31.486	-
PIS diferido ¹		
Diferenças temporárias passivas	15	7
	15	7
COFINS diferida ¹		
Diferenças temporárias passivas	91	34
	91	34
	118.975	41

¹ Tributos sobre provisão de energia elétrica de curto prazo a ser liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e, sobre ajuste ao valor justo de títulos públicos (receitas financeiras).

20 – Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/12/2016	NO EXERCÍCIO	31/12/2015 REAPRESENTADO
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(4.309.769)	-	(4.309.769)
Ajuste do Exercício Anterior	3.074	-	3.074
(+/-) Resultado Acumulado no Exercício	1.444.026	1.444.026	-
Total do Patrimônio Líquido	(1.888.905)	1.444.026	(3.332.931)
Outros Resultados Abrangentes	(11.721)	(169)	(11.552)
Total do Patrimônio Líquido	(1.900.626)	1.443.857	(3.344.483)

(a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;

(b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiáspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento detido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na Celg D, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado, que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia;

- (c) A Administração da Celgpar, com vistas ao saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto da Companhia, pretende capitalizar, nos próximos exercícios sociais, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 1.422.416 mil (Ver NE 12). As outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT.
- (d) Os outros resultados abrangentes se referem ao seguinte: 1) Reflexo dos outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente contra o Patrimônio Líquido da Celg D, concernente ao passivo atuarial vinculado ao Plano de Assistência de Saúde mantido pela mesma, no montante de R\$ 11.068 mil; 2) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Celgpar, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 583 mil (Ver Nota 31); e 3) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Controlada Celg GT, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 70 mil.
- (e) A Controlada Celg GT efetuou ajuste do exercício anterior de 2015 em sua posição patrimonial, sendo o efeito positivo no seu patrimônio líquido de R\$ 3.074 mil.

21 – Receita de suprimento de curto prazo, receitas de construção, outras receitas e deduções da receita

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento (21.1)	3.736	9.790
Receita de Construção (21.2) (21.3)	32.056	12.514
Outras Receitas (21.3)	429.962	46.498
(-) Deduções da Receita (21.4)	(24.149)	(18.273)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	441.605	50.529

21.1 A composição da receita de suprimento de curto prazo é a seguinte:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

CLASSES	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento	3.736	9.790
TOTAL GERAL	3.736	9.790

21.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ITG 01 (Contratos de Concessão) e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 32.056 mil e R\$ 12.514 mil respectivamente.

21.3 Outras Receitas:

21.3.1 – Outras Receitas - Componentes da Receita Bruta:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de Operação e Manutenção (a)	56.147	46.498
Serviços de Construção	32.056	12.514
Financeira da Concessão	44.567	-
Receita Laudo RBSE/RPC (b)	329.248	-
TOTAL	462.018	59.012

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

(b) Ver Nota Explicativa nº 8, referente ao reconhecimento de ajuste a valor justo dos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão.

21.3.2 – Outras Receitas Operacionais:

DESCRIÇÃO - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - 49% DAS AÇÕES DA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D	1.104.359	-	1.104.359	-
REVERSÃO PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - CELG D	358.620	-	358.620	-
VENDA DA FOLHA DE PAGAMENTO DA CELGP - CAIXA	1.720	1.720	1.720	1.720
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-	-	144
TOTAL - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.464.699	1.720	1.464.699	1.864

21.4 Deduções da Receita:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
PIS	1.168	929
COFINS	5.384	4.277
Quota para reserva global de reversão	423	916
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	162	132
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos-CFURH	329	302
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	391	304
Conta de desenvolvimento energético	13.570	9.460
Outros encargos - PROINFA	2.722	1.953
TOTAL	24.149	18.273

22 – Custos, despesas operacionais e outras despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e Administradores	1.927	1.411	1.927	1.411
Serviços de Terceiros	398	403	398	403
Depreciação/Amortização	2	2	2	2
Provisão/Reversão para Contingências	20	-	20	-
Tributos	147	85	147	85
Recuperação de Custos/Despesas	-	(7)	-	(7)
Outras	165	132	165	132
TOTAL	2.659	2.026	2.659	2.026

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO					
	CUSTO DO SERVIÇO		DESPESAS		TOTAL	
	OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	957	398	-	-	957	398
Pessoal e Administradores	18.594	14.920	20.406	16.455	39.000	31.375
Material	109	233	785	322	894	555
Serviços de Terceiros	4.624	3.710	4.030	3.516	8.654	7.226
Depreciação/Amortização	817	3.274	1.287	13	2.104	3.287
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	42	21	-	-	42	21
Provisão/Reversão para Contingências	-	280	4.425	(206)	4.425	74
Provisão/Reversão para Redução ao Valor Recuperável	5.986	3.660	-	-	5.986	3.660
Tributos	470	43	338	988	808	1.031
Recuperação de Custos/Despesas	(252)	(70)	(81)	(15)	(333)	(85)
Custos de Construção	32.056	12.514	-	-	32.056	12.514
Outras	597	424	1.090	1.126	1.687	1.550
TOTAL	64.000	39.407	32.280	22.199	96.280	61.606

As outras despesas operacionais, especificadas na Demonstração do Resultado, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

DESCRIÇÃO - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - CELG D	-	499.713	-	499.713
BAIXA DE ATIVO IMOBILIZADO	-	3	-	3
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	8.124	-
TOTAL - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-	499.716	8.124	499.716

23 – Seguros

A Companhia e sua Controlada, em 31 de dezembro de 2016, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, evidencia-se abaixo a posição das tratativas acerca deste assunto:

- 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuou, ao longo do exercício de 2014, uma pré-análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão. Não obstante a isto, e considerando as tratativas vinculadas ao laudo elaborado por conta da definição do Valor Novo de Reposição dos Ativos de Transmissão não indenizados, a Administração da Controlada optou por avançar com estas definições ao longo dos exercícios de 2015 e 2016, no sentido de se contemplar os resultados conciliados desta avaliação depurando, por sua vez, possíveis sobras contábeis advindas deste processo. Esta definição deverá avançar para o exercício de 2017, em função de que os resultados da avaliação foram homologados pela Aneel, e reconhecidos pela Controlada no 3º trimestre de 2016.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 – Encargos financeiros e efeitos inflacionários

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

25 – Remuneração dos administradores e empregados

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar e de sua Controlada observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro/2016, foram R\$38 mil e R\$4 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$38 mil e R\$4 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	TOTAL
Número de Membros	9	5	3	17
Remuneração Fixa até o final do Exercício	432	240	1.368	2.040
Salário ou pró-labore	432	240	1.368	2.040
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	432	240	1.368	2.040

n/a = não aplicável

(1) Todos os membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3
Valor da maior remuneração individual	4	4	38
Valor da menor remuneração individual	4	4	38
Valor médio da remuneração individual	4	4	38

n/a = não aplicável

(1) Todos os membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

26 – Resultado financeiro

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2015 - 31/12/2015	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2015 - 31/12/2015
Receitas				
Variações Monetárias	-	-	582	10.353
Atualização do Contas a Receber-Fornecimento	-	-	-	-
Atualização do Contas a Receber-Estado de Goiás	-	-	-	-
Rendas	8.678	7.656	20.027	25.159
Outras	1	1	358	428
Total das Receitas	8.679	7.657	20.967	35.940
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(622)	(789)
Encargos de Dívidas	(83.894)	(142.032)	(85.142)	(142.724)
Outras - inclui IOF	(1)	(1)	(43)	(294)
Total das Despesas	(83.895)	(142.033)	(85.807)	(143.807)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	(75.216)	(134.376)	(64.840)	(107.867)

27 – Imposto de renda e contribuição social

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Contribuição social corrente	77.497	-	77.551	1.155
Imposto de renda corrente	215.264	-	215.398	3.191
	292.761	-	292.949	4.346
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contribuição social diferida	-	-	31.486	(776)
Imposto de renda diferido	-	-	87.383	(2.157)
	-	-	118.869	(2.933)
	292.761	-	411.818	1.413

As despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos os valores líquidos destes efeitos fiscais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado consolidado está demonstrada abaixo:

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado líquido antes dos impostos	1.736.787	(618.164)	1.855.844	(616.751)
Tributos sobre o lucro a alíquota nominal de 34%	590.508	-	713.432	6.000
Diferenças permanentes	(43.570)	-	(44.287)	(1.705)
Diferenças temporárias	-	-	(121.904)	1.792
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	(254.177)	-	(254.268)	(1.717)
Diferencial de alíquota de imposto de renda	-	-	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social correntes	292.761	-	292.949	4.346
Diferenças temporárias	-	-	121.904	(1.792)
Diferenças temporárias de exercícios anteriores	-	-	(3.035)	(1.141)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	118.869	(2.933)
Tributos sobre o lucro	292.761	-	411.818	1.413
Alíquota fiscal efetiva dos tributos sobre o lucro	16,9%	0,0%	19,6%	8,0%

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28 – Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	1.444.026	(618.164)
Total	1.444.026	(618.164)
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	44,060	(18,861)

29 – Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 38 – R3 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e a NBC TG 39 – R3 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R2 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e sua Controlada efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Controlada Celg GT compreendem, principalmente, a geração e transmissão de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 Risco de taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. Porém, a Controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2 Risco de taxa de juros:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis, e vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir este tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

a.5 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas mantidas e operadas pela Controlada no âmbito dos seus contratos de concessão. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia, ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Este risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br, não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

30 – Transações com partes relacionadas

As principais operações realizadas com a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, a Celg Distribuição S.A. - Celg D (anterior parte relacionada), e o Acionista Controlador Estado de Goiás, podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante				REAPRESENTADO
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (4)	1.789	-	-	-
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (5)	57.952	-	-	-
TOTAL:	59.741	-	-	-
Ativo Não Circulante				
Celg Distribuição S.A.-Celg D (1)	-	117.080		117.080
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2) (4)	5.218	112.818	-	-
TOTAL DO ATIVO:	5.218	229.898	-	117.080
Passivo Não Circulante				
Estado de Goiás (3)	2.157.785	-	2.157.785	-
TOTAL DO PASSIVO:	2.157.785	-	2.157.785	-

- (1) Valor referente ao Contrato de Mútuo firmado entre a Celgpar e Celg D, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa, sendo o saldo de 2016 apresentado na rubrica de Devedores Diversos (NE 5), em função da alienação das ações de propriedade da Celgpar na Celg D;
- (2) Valor referente ao Contrato de Cessão de Créditos firmado entre a Celgpar, a Celg D e a Celg GT, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa. Este valor foi capitalizado na Celg GT no 2º trimestre de 2016;
- (3) Refere-se ao Contrato de Assunção de Dívida efetuado pelo Estado de Goiás com a Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014;
- (4) Contrato de Mútuo Financeiro firmado entre a Celgpar e a Celg GT, assinado em 28 de dezembro de 2016;
- (5) Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pela Celg GT, em 31.12.2016.

31 – Plano de aposentadoria

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFÍCIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICAS	CONTROLADORA 31/12/2016
Participantes Ativos	3
Idade Média (anos)	51
Salário Médio (R\$)	5.754
Aposentados Válidos	1
Idade Média (anos)	58
Benefício Médio (R\$)	5.899
Aposentados Inválidos	-
Idade Média (anos)	-
Benefício Médio (R\$)	-
Pensionistas (número de beneficiários)	-
Idade Média (anos)	-
Benefício Médio (R\$)	-

d) Custo do Patrocinador

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de contribuições da Celgpar para a ELETRA foi de R\$ 64 mil.

e) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias

e1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado por empresa de consultoria independente, com base na NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados), o Plano Celgprev apresentou montante para Valor da Obrigação Actuarial do Plano, comparativamente aos resultados de 31/12/2015, a qual foi oriunda, fundamentalmente, da concessão de benefício programado, na modalidade de Benefício Definido, uma vez que no período de acumulação, a formação de reserva desse benefício decorre da acumulação de saldos de conta (Fundo Individual e Patrocinadora). Desta forma foi efetuado o reconhecimento de passivo actuarial no valor de R\$ 583 mil, contra resultados abrangentes, à luz da NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados).

32 – Outras informações

a. Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

A Controlada Celg GT, mesmo com o contrato de concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos vencido, continua com a operação, manutenção e administração da mesma. No entanto, o MME, através da Portaria nº. 190, de 6 junho de 2013, designou como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica desta Usina a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. Após isto, o MME revogou esta Portaria, editando a Portaria nº. 352, de 10 de outubro de 2013, designando novamente a Controlada Celg GT como responsável pela Usina, a partir de 1º de novembro de 2013, sendo que esta prestação do serviço de geração de energia será realizada até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), vem sendo recebido parceladamente pela Celg GT, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano.

Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações terem estipulado os desdobramentos acima, observa-se que a análise da Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT.

Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora Celgpar e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações.

Neste sentido, foram implementadas todas as medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, sendo que estas medidas encontram-se na esfera judicial com os seguintes andamentos:

- O Processo Judicial referente às Concessões de Geração requer o reconhecimento do direito adquirido de prorrogar a concessão da Usina de São Domingos por mais 20 (vinte) anos, em decorrência da aplicação dos termos do Contrato de Concessão 062/2000 e da Celg GT ter cumprido todas as condições impostas para a obtenção da prorrogação. Requer em pedido alternativo a quantificação da indenização desta Usina para fins de não prorrogação do Contrato de Concessão. Para Usina de Rochedo, foi requerido o reconhecimento da possibilidade de sua ampliação nos termos do contrato 062/2000 e não conforme o regime de cotas definido na MP 579/2012;

- O Processo Judicial referente à Concessão de Transmissão requer a elaboração de novo cálculo da RAP (Receita Anual Permitida), considerando-se os reais custos de operação do sistema, e a majoração da indenização dos ativos de transmissão, garantindo o direito ao contraditório na elaboração destes cálculos.

Ambos processos judiciais encontram-se em tramitação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em grau de recurso pela Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT.

b. Conciliação entre o Prejuízo Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o prejuízo líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO E O CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO)
NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.444.026	(618.164)	1.444.026	(618.164)
MAIS	83.916	641.750	257.188	663.645
Depreciação	2	2	2.058	3.287
Provisão para Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	-	499.713	-	499.713
Custo da Construção	-	-	32.056	12.514
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	42	21
Provisão para Contingências	20	-	4.425	-
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	83.894	142.032	84.380	143.507
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	3	8.951	3.792
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	5.986	-
Diferimento de Tributos	-	-	118.952	-
Provisão/Reversão de energia elétrica de curto prazo-CCEE	-	-	292	811
MENOS	(1.821.620)	(23.890)	(1.998.797)	(49.083)
Ganho de Equivalência Patrimonial	(349.963)	(16.234)	(118.784)	(45)
Receita da Construção	-	-	(32.056)	(12.514)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	(8.678)	(7.656)	(10.492)	(33.499)
Reversão da Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	(358.620)	-	(358.620)	-
Ganhos em Participações Societárias	-	-	-	(16)
Receita Financeira da Concessão	-	-	(44.567)	-
Diferimento de Tributos	-	-	(27)	(3.009)
Ganhos em Alienação de Participações Societárias	(1.104.359)	-	(1.104.359)	-
Receita Operacional - Laudo RBSE/RPC	-	-	(329.248)	-
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	-	(644)	-
AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	291.211	(1.530)	300.242	13.107
Contas a receber	-	-	10.380	(2.608)
Créditos fiscais	-	-	(298)	(2.698)
Outros devedores	17	59.454	(43)	58.670
Variações Ativas - Transação com partes relacionadas	-	(56.500)	-	(56.500)
Estoques	-	-	118	704
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(297)	2
Fornecedores	5	21	284	421
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(6)	6	662	274
Tributos e contribuições sociais	292.919	18	292.919	4.086
Obrigações estimadas	31	47	31	47
Encargos Setoriais	-	-	(487)	3.049
Benefício Pós-Emprego	-	-	13	-
Outros credores	(1.709)	(1.735)	(2.001)	(9.032)
Receitas financeiras recebidas	-	-	-	12.635
Despesas financeiras pagas	-	-	-	(839)
Tributos sobre o lucro	-	-	(993)	(5.564)
Outras variações ativas e passivas	(46)	(2.841)	(46)	(2.841)
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	-	13.185
CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.467)	(1.834)	2.659	9.505

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Autorização de Apresentação das Demonstrações Financeiras

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Financeiras são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2016, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Demonstrações.

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016 da Celgpar tiveram sua emissão autorizada no âmbito da Diretoria em 23 de março de 2017, e foram apreciadas no âmbito dos Conselhos de Administração e Fiscal em 27 de março de 2017.

d. Continuidade Operacional

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- i. No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da Celgpar, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 1.422.416 mil (Ver NE 12);
- ii. Manter as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
- iii. Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão.

e. Registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações de Emissão da Companhia Celg de Participações - Celgpar

Em 3 de julho de 2015, a Celgpar, por solicitação do Governo do Estado de Goiás, seu acionista controlador, divulgou e comunicou Fato Relevante através do qual informou que procedeu o registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações da Celgpar – OPA, que visa a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia em circulação, ou seja, 74.389 (setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e nove) ações, representativas de 0,2270% (dois mil, duzentos e setenta décimos de milésimos por cento) do capital social da Celgpar, com vistas ao posterior cancelamento do registro de Companhia Aberta da Celgpar. Por meio de Comunicado ao Mercado, a Celgpar informou que o edital de oferta pública para a aquisição da totalidade das ações encontrava-se à disposição de todos os acionistas, tendo o leilão ocorrido no dia 30 de agosto de 2016. O resultado do leilão, conforme Fato Relevante divulgado em 6 de setembro de 2016, determinou o insucesso da OPA, permanecendo a Celgpar registrada na pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta categoria “A”, e mantida a listagem das ações de sua emissão no seguimento tradicional da BM&FBovespa.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Ciríneu Dias.

Membros: Simão Ciríneu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albermaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor -Presidente
CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91